



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº:	835210
NATUREZA:	PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
INTERESSADO:	EDIMILSON RENON
ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

Excelentíssimo Senhor Relator,

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas Anual do Município supracitado, analisada no estudo técnico de fls. 04 a 18, que se embasou no exame das demonstrações contábeis produzidas de acordo com as normas de direito reguladoras da matéria.

No despacho de fl. 20, foi determinada a citação do responsável, tendo o Chefe do Executivo apresentado as justificativas e documentos de fls. 25 a 114.

Instado a se pronunciar, o órgão técnico promoveu o reexame da matéria, conforme estudo de fls. 116 a 120.

É o relatório, no essencial. Passo à manifestação.

Cumpre-nos destacar, preliminarmente, que foi assegurado ao prestador o direito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se, portanto, o devido processo legal.

Conforme demonstrado às fls. 117 e 118, foram constatadas as seguintes irregularidades: 1 - abertura de créditos suplementares, no valor de R\$741.738,45 (setecentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos), sem a devida



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

cobertura legal; e 2 - empenhamento de despesas, no valor de R\$273.643,20 (duzentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos), além do limite dos créditos autorizados. Estes fatos contrariaram as disposições dos arts. 167, incisos II e V, da Constituição Federal, e 42 e 59, da Lei nº 4.320/64 que vedam a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, bem como a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

Diante do exposto, o Ministério Público, com arrimo no art. 45, inciso III, da Lei Orgânica desta Corte, opina pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas do Município de Santa Maria do Salto, exercício de 2009, uma vez caracterizados atos de gestão em desconformidade com os preceitos legais e constitucionais aplicáveis.

É o parecer.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2010.

Cláudio Couto Terrão
Procurador do Ministério Público